

## Depois de passeata, categoria decide por greve a partir de 19 de outubro

A retomada da mobilização de greve teve início no dia 21 de setembro com a paralisação dos servidores em 51% das zonas eleitorais do estado do Rio de Janeiro. Naquele dia, 128 zonas eleitorais, de um total de 249, comunicaram a adesão ao movimento. No TRE Sede também a participação dos servidores tem sido massiva com, em média, 80 participantes por assembleia. No dia 28 de setembro, após a passeata na avenida Rio Branco que culminou com a decisão, em assembleia na avenida Presidente Wilson, pela greve por tempo indeterminado a partir de 19 de outubro, o Sisejufe contabilizou 150 zonas eleitorais paradas no estado do Rio – ou seja, a Justiça Eleitoral tem sido a ponta de lança nesta luta.

Em outros foros, como o Tribunal Regional Federal (TRF) da rua do Acre e na Justiça Federal da avenida Venezuela, também houve manifestações na porta dos prédios nos dias 21, 27 e 28 de setembro. O dirigente sindical Roberto Ponciano conduziu, no dia 27, a primeira assembleia de servidores no prédio da Justiça Federal da avenida Almirante Barroso – há poucos meses ocupado.

De acordo com a Fenajufe, o relator de receita da Lei Orçamentária Anual, senador Acir Gurgacz (PDT-RO) esteve reunido com o relator geral Arlindo Chinaglia (PT-SP) e o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, em 28 de setembro. De acordo com Acir, Peluso demonstrou estar determinado em defender o PCS e solicitou que os dois congressistas que participem da interlocução das negociações com o Executivo. O senador informou, ainda, que o presidente do Supremo propôs, como forma de ajudar nas negociações, debater um parcelamento para a implementação do PCS em 4 parcelas semestrais, a partir de janeiro do ano que vem.

**SAIBA COMO FOI A PASSEATA E A ASSEMBLEIA QUE DECIDIU PELA GREVE – PÁGINAS 4 e 5**



Foto: Henri Figueiredo

### Sisejufe se reúne com o corregedor do TRE

Na tarde de terça-feira, 27 de setembro, após o ato de paralisação dos servidores da Justiça Eleitoral, o diretor-presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves e o diretor sindical Moisés Leite se reuniram, na sede do TRE, com o Corregedor Regional Eleitoral Antônio Augusto de Toledo Gaspar. A audiência foi solicitada pelo sindicato para tratar da greve da categoria que acontecerá a partir de 19 de outubro, de acordo com os prazos legais.

O diretor sindical Moisés Leite fez um histórico ao corregedor da luta da categoria pela aprovação do PL 6613, que se encontra na Câmara dos Deputados desde 2009. O PL 6613 já está há mais de um ano na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara. Segundo Moisés Leite, a categoria está sendo empurrada para mais uma greve pelo próprio governo federal, haja vista que mesmo o Poder Judiciário tendo enviado os recursos necessários para a aprovação do projeto no seu orçamento, o Executivo alterou a proposta e não incluiu os valores na PLOA de 2012.

O corregedor Antônio Gaspar reconheceu como “legítima” a reivindicação da categoria. “Mas é preciso ter em vista que, pelo princípio da continuidade do serviço público, a população não pode ficar sem atendimento de serviços essenciais”, ponderou Gaspar. O diretor sindical Valter Nogueira Alves informou ao corregedor que, historicamente, os servidores em greve no Judiciário Federal atendem a todas as urgências e atividades essenciais. O diretor sindical propôs ao corregedor que o sindicato e a Administração do TRE assinem um documento estabelecendo quais os serviços essenciais e qual o percentual de servidores deve permanecer em atividade em cada local de trabalho. Tal documento poderia, também, ser chancelado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O corregedor Antônio Gaspar disse que conversará com o presidente do TRE, Luiz Zveiter, para agendar a reunião conjunta. Ainda, segundo Gaspar, o presidente do TRE Luiz Zveiter poderia atuar como interlocutor dos servidores junto ao Congresso Nacional, tendo em vista que, neste momento, o PL 6613 se encontra naquele Poder.

### Alguns números da mobilização

Dias 21, 27 e 28 de setembro

**60%**

das zonas eleitorais paralisadas no estado do Rio de Janeiro

**80**

servidores e servidoras, em média, presentes às assembleias do TRE Sede

**500**

servidores e servidoras, de todos os locais do Judiciário Federal, estiveram na passeata

#### LEIA TAMBÉM

**CUT debate em São Paulo a urgência da reforma política**

Página 3

**MEC foge da polêmica sobre educação inclusiva e PNE**

Páginas 6 e 7

**Cai a máscara: defensores do subsídio são laranjas do governo**

Página 8

## Notas jurídicas

### Sisejufe impetra mandado de segurança contra a ausência de processo seletivo de remoção na Justiça Eleitoral

O Sisejufe impetrou mandado de segurança coletivo no TRE-RJ contra atos do Presidente daquele tribunal que encerraram o processo seletivo de remoção iniciado pelo Edital do 1º Concurso de Remoção, publicado em 30 de março de 2011, e promoveram a lotação de servidores novos em vagas não ofertadas previamente em processo seletivo de remoção.

Sustenta o Sisejufe que a Resolução TSE 23.092/2009 adotou critérios objetivos para a remoção dos servidores, sendo estabelecida, dentre outras modalidades de remoção, a remoção por concurso, e que o art. 17, § 1º, do citado ato regulamentar, estipula que o concurso de remoção no âmbito de cada tribunal regional, deve proceder à nomeação de candidatos habilitados em concurso público para o provi-

mento de cargos efetivos, sendo do mesmo teor o Ato 672 do TRE-RJ. Por conseguinte, a lotação dos servidores novos não poderia ocorrer, como ocorreu, sem que, antes, as vagas fossem disponibilizadas em processo seletivo de remoção.

Em razão disso, o impetrante pede a anulação dos atos que encerraram o processo seletivo de remoção e promoveram a lotação de servidores novos antes de destinar as vagas ao concurso de remoção, e a determinação à autoridade coatora para que destine as vagas discutidas aos servidores que já compunham o quadro de pessoal da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, mediante processo seletivo de remoção, procedendo também desse modo com todos os cargos que vierem a vagar ou que forem criados posteriormente.

## Assédio Moral

### Vitória do SISEJUFÉ contra atos administrativos do ex-diretor do Foro da JF

O Sisejufe denunciou ao longo de toda a gestão anterior da Direção do Foro da JF, diversos casos arbitrários que redundaram em Sindicância ou Processos Administrativos, visando constranger servidores que ousaram descumprir ordens ou orientações absurdas. Em outubro do ano passado, por exemplo, o Contraponto de nº 32 publicou a matéria “Política de remoção da JF adoce servidores”.

Na ocasião citamos o caso de um servidor que encontrava dificuldades em dar continuidade ao seu tratamento de saúde por ter sido lotado em uma unidade que o impedia de cumprir as orientações médicas estabelecidas. E por este motivo, afastado novamente por agravamento em seu estado, com parecer referendado por três médicos

da própria Seção Judiciária, não teve sua licença médica homologada pelo então Diretor do Foro, fundamentando sua decisão com a afirmação de que o servidor estava manipulando seu estado de saúde, num caso expresso de assédio moral. Com isso, o servidor recebeu a intimação para voltar ao trabalho imediatamente.

Impossibilitado de cumprir a ordem, sua ausência foi considerada como falta, e consequentemente, teve o salário cortado, sendo aberta ainda uma sindicância para apurar as possíveis irregularidades cometidas pelo servidor. Recentemente, no Boletim Interno da Justiça Federal, foi publicada a decisão de arquivamento da sindicância.

A comissão, composta por

### TSE aprova, por unanimidade, processo que garante isonomia aos chefes de cartórios do interior e da capital

#### Projeto que cria FC 6 será encaminhado pelo Tribunal ao Congresso Nacional

O pleno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou na noite de terça-feira, 30 de agosto, por unanimidade, o Processo Administrativo nº 19.800, que trata da isonomia do valor da função comissionada paga aos chefes de cartórios do interior e da capital. Após a sua aprovação pelos ministros, a matéria seguirá agora ao Legislativo na forma de projeto de lei. Diante da notícia, um servidor da JE de Três Rios questionou ao Sisejufe se, com base nessa decisão, pode ser provido o recurso relativo ao processo 2008.34.00.016369-6 [Órgão: 4ª Vara Federal] – sobre Isonomia de FC para chefes de cartório da

capital e do interior. A ação, do Sisejufe, pede que a extensão da FC-4 para Chefe de Cartório do interior (que recebe apenas FC-1), em isonomia com a FC-4 paga aos Chefes de Cartório da Capital, ou a indenização pela diferença, mais os valores atrasados devidos.

De acordo com o advogado

Rudi Cassel, da assessoria jurídica do Sisejufe, é sim um importante precedente (fato novo) que pode ser juntado a qualquer momento no processo, pois produzido posteriormente à ação. “Já estamos providenciando. Em hipóteses semelhantes, obtivemos vitória na ação por reconhecimento administrativo dos pedidos da inicial ajuizada. Em resumo: boas notícias e retroativos à frente para os filiados da Justiça Eleitoral, que acreditaram na demanda que o Sisejufe iniciou em 2008”, diz Rudi Cassel.



lhe eram designadas e que não constam nos autos indícios concretos da falta funcional do servidor, entendendo ser “...inapropriada a utilização do instrumento da sindicância no presente caso”.

Ao ser ouvido, o servidor afirma que estava confiante que a verdade prevaleceria. Mas durante este tempo o que lhe causou mais estranheza foi um certo distanciamento e indiferença por parte de alguns colegas com quem tinha contatos de maior proximidade, sendo que alguns até alegavam desconhecer o que estava acontecendo. Para ele, isso é fruto de uma sociedade que age mais por impulso com fatos ocorridos, não refletindo se o que é alegado ou divulgado realmente condizem com a verdade, citando como exemplo

as manchetes de uma mídia claramente conservadora, que muitas das vezes manipulam a informação repetindo mentiras até que elas se tornem “verdades”.

O próximo passo do Departamento Jurídico do Sisejufe é anexar o resultado desta sindicância ao processo que o servidor move na Justiça Federal do Distrito Federal. E arquivamento desta sindicância, junto com outras sete somente no dia 18 de julho e mais 4 no dia 19 de julho, é mais uma prova que qualquer servidor não deve temer represálias, denunciando constrangimentos e assédios de cunho moral que venham a afetar o exercício suas atividades, como também na defesa de sua dignidade pessoal, contribuindo para fortalecer toda a categoria.

**Contraponto**

**SISEJUFÉ:** Filiado à FENAJUFE e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>  
**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)  
**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

**As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.**



Impresso em Papel Reciclado. 8,4 mil exemplares.

# O Brasil precisa da reforma política

**Movimento sindical** Diretor do Sisejufe e da CUT-RJ esteve presente no debate em São Paulo

Leonardo Severo\*

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique, encerrou o Seminário “A Reforma Política na Estratégia da CUT”, realizado em maio, em São Paulo, conclamando a militância a incorporar a temática na ação sindical, “na disputa de hegemonia com o capital”.

Para o país avançar, defendeu o líder cutista, torna-se inadiável uma Reforma Política ampla, “que contemple o aperfeiçoamento da democracia representativa e o fortalecimento da democracia participativa, para trilharmos o caminho do desenvolvimento sustentável”. O tema foi também uma das bandeiras do Dia Nacional de Mobilização da CUT, realizado em 6 de julho.

Mais de 200 dirigentes sindicais de todo o país participaram do Seminário, que reuniu personalidades, intelectuais e parlamentares de destaque como o relator da comissão especial que trata da Reforma Política, deputado federal Henrique Fontana (PT-RS); o professor e sociólogo, Emir Sader; o deputado estadual Raul Pont (PT-RS); o presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda; o coordenador da Plataforma pela Reforma do Sistema Político, José Antonio Moroni; o dirigente da FES (Fundação Friedrich Ebert), Yesko Quiroga, e o professor de Universidade Federal Fluminense, Marcus Ianoni. O diretor do Sisejufe e secretário de Formação da CUT do Rio de Janeiro, Roberto Ponciano, também esteve presente.

Entre os pontos centrais abordados no evento estão o debate sobre o sistema eleitoral, mecanismos de participação e controle social, orçamento público participativo, relações democráticas de trabalho, democratização da comunicação, financiamento público exclusivo para campanhas e a criação de mecanismos para eliminar o abuso do poder econômico. Voto em lista com alternância e proporcionalidade de gênero - definidas em convenções partidárias e explicitação de critérios; fidelidade partidária

## Seminário realizado pela CUT aponta a necessidade de aperfeiçoar a democracia representativa e fortalecer a participativa

e programática e eliminação de cláusulas de barreira também foram medidas apontadas ao longo do debate como imprescindíveis.

Outras ações avaliadas como fundamentais para a oxigenação do processo democrático dizem respeito à democracia participativa. Entre elas, destacamos a diminuição do número de assinaturas para Projetos de Iniciativa Popular e mecanismos de facilitação da sua coleta; inclusão de instrumentos para democratização do Poder Judiciário e impedimento da judicialização dos conflitos; a institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais.

Para o deputado Henrique Fontana (PT-RS), o sistema político nacional apresenta dois graves problemas: ser extremamente personalista e permeável ao poder econômico. Na avaliação do relator, a lógica do financiamento privado, como ocorre hoje, torna os candidatos reféns das empresas que colaboraram com a campanha. Assim, o pagamento vem em forma de esquemas fraudulentos, da posição contrária a projetos que beneficiam à população para apoiar aqueles que defendem os interesses das empresas.

Em seu relatório, Henrique Fontana irá propor a criação de um Fundo Nacional da Democracia, gerido pela Justiça Eleitoral, responsável por distribuir a todos os candidatos por meio



Relator da Reforma Política: para Fontana (com o microfone) sistema é personalista e permeável ao poder econômico

do financiamento público a contribuição das empresas que desejarem.

Expositores do painel “Porque o Brasil precisa de uma reforma política”, Raul Pont e Emir Sader proporcionaram uma visão panorâmica dos fundamentos filosóficos e políticos que podem balizar uma reforma com caráter progressista, baseada na intensificação do processo de controle social e na participação popular.

Raul Pont lembrou que somos herdeiros de um dos mais anacrônicos e antidemocráticos sistemas de representação

em Estado e com a criação de novos Estados”. Além disso, esclareceu, o Senado foi assumindo crescentemente as mesmas funções legislativas que a Câmara Federal.

Foi assim que chegamos hoje a uma situação onde a representação do Senado das 14 menores unidades da Federação (AC, AP, AM, RO, RR, TO, AL, PI, RN, SE, DF, MT, MS e ES), com apenas 16% da população do país, soma mais de 51% das cadeiras e, portanto, pode barrar e derrotar representantes dos Estados que concentram 84% da população.

**Emir Sader: “Se queremos defender o salário e o emprego precisamos dizer que a equipe econômica está na direção errada, que é preciso taxar o movimento do capital financeiro, que é preciso desestimular a especulação”**

política, “em grande parte pela história colonial escravocrata e oligárquica do país, mas também pelo caráter conservador da transição ‘lenta e segura’ da ditadura de 64 para um regime democrático”.

A Constituição de 1988, apontou Pont, manteve distorções históricas e aquelas que se acumularam durante o regime militar: “Tanto na ausência de uma proporcionalidade isonômica para todo o país como um Senado que engordava a cada território que se transformava

Pont condenou ainda a manutenção do voto nominal, o financiamento privado de campanha, o controle do mandato pelo eleito e o estímulo à infidelidade partidária como desserviços à democracia, defendendo a necessidade de uma mudança no marco regulatório da comunicação para enfrentar o poder econômico e o domínio oligárquico dos barões da mídia.

Para Emir Sader, é preciso pensar o que significa a existência de uma nova maioria, que elegeu e reelegeu Lula, e elegeu

Dilma, mas que não se reflete em avanço parlamentar. Segundo o renomado sociólogo, há uma evidente distorção no atual sistema político-eleitoral, onde “eu quero eleger o Raul Pont e elejo o Palocci”.

“A hegemonia do capital financeiro é absurda. E quanto mais aumentamos as taxas de juros, mais atraímos capital especulativo. Os juros são a remuneração do capital especulativo, os lucros são a remuneração do capital e o salário a remuneração dos trabalhadores. Se queremos defender o salário e o emprego precisamos dizer que a equipe econômica está na direção errada, que é preciso taxar o movimento do capital financeiro, que é preciso desestimular a especulação”, declarou Emir.

Sobre o monopólio da mídia privada, o sociólogo saudou o debate que vem sendo feito em defesa da democratização da comunicação e reiterou a necessidade de que o governo não recue na aplicação do Plano Nacional de Banda Larga – que enfrenta forte oposição das teles estrangeiras.

Ao dialogar, profundamente, com temas tão caros ao desenvolvimento e à soberania, a reforma política torna-se uma arma em defesa da sociedade. Daí o fato da mídia oscilar entre a invisibilidade e o bombardeio “desinformativo” sobre o tema.

\*Jornalista.

# Cerca de 500 servidores fazem passeata no Centro do Rio pelo PL 6613

**Em assembleia geral, ao fim da manifestação, foi aprovada greve por tempo indeterminado no Judiciário Federal fluminense a partir de 19 de outubro**

Tatiana Lima\*

Os servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro decidiram entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 19 de outubro. O indicativo de greve foi aprovado por ampla maioria, tendo recebido apenas sete ausências, em assembleia geral na quarta-feira, 28 de setembro, às 18h20, em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), avenida Presidente Wilson. A ordem é cruzar os braços e unificar os servidores na luta pelo reajuste salarial, conforme o proposto no PL 6.613/2009 e defendido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cerca de 500 servidores e servidoras, oriundos de diversas regiões do estado, participaram da passeata iniciada na Candelária, no Centro do Rio, a partir das 16h, antes da realização da assembleia geral.

A assembleia aconteceu novamente em clima inflamado em função de manifestações truculentas de servidores ligados ao movimento pró-subsídio, que tentaram impor um debate sobre a forma de remuneração dos servidores do Judiciário Federal, mesmo com a indicação do STF de apoio ao reajuste da categoria como proposto no PL 6613. Um servidor do movimento pró-subsídio, após encerrado o seu tempo de intervenção, negou-se a devolver o microfone iniciando uma confu-

são na assembleia. O conflito só foi contornado quando o diretor sindical Moisés Leite, do TRE, interveio esclarecendo que as falas se dariam divididas por foro e que não havia representação formal de nenhuma comissão ou movimentos políticos aptos a falar naquela assembleia em especial. Moisés Leite inclusive dividiu seu tempo de 5 minutos com um membro do movimento pró-subsídio porque ele é lotado na Justiça Eleitoral – silenciando por alguns minutos uma minoria agressiva que não deixava a assembleia transcorrer tranquilamente.

O servidor da Justiça Eleitoral que ganhou a divisão de tempo de Moisés Leite foi Rômulo Tadeu Farias Torres, analista judiciário desde 2007, integrante da Comissão Pró-subsídio. Ele teve dois minutos e meio para sua fala. “Quero dizer que o que foi convocado aqui para esse ato foi a união dos servidores para termos nosso reajuste de salário. Não é o que o sindicato vem fazendo defendendo o PL 6613, que hoje mais uma vez não foi votado na CFT. O que a gente tem que discutir aqui é uma possibilidade, é uma modalidade de remuneração que seja viável”. Segundo Rômulo, “estamos desde 2008 sem aumento porque a gente está pedindo uma recomposição das perdas inflacionárias e por aí passa a modalidade de remuneração. Sorrateiramente o sindicato fica



**Candelária:** servidores de diversas regiões do estado na concentração para a passeata de 28 de setembro



**Discursos:** informes e mobilização

colocando subliminarmente [sic] que temos que defender o PL 6613 e não é o que a categoria quer”, discutou o defensor do subsídio.

Na parte do tempo que lhe coube, o diretor sindical Moisés Leite disse que os funcionários do TRE Sede estavam dando um exemplo para todos os demais colegas de outros tribunais e foros. “Temos condições efetivas de fazermos uma greve bastante forte capaz de alavancar o nosso projeto. Essa demonstração foi dada nos dias 21, 27 e hoje, dia 28. Essa manifestação mostra que somos capazes de nos organizar, unir forças e de dividir o tempo de discursos, inclusive, com colegas de opiniões diferentes. Mas no momento adequado. Temos que unir forças ainda que tenhamos nossas diferenças”, frisou Moisés Leite.

O representante sindical de base, João Mac-Comick, da Justiça Eleitoral de São Pedro d’Aldeia, falou em seguida. De acordo com ele, o momento não é o apropriado para o retorno do debate

sobre sistema remuneratório. “Vamos deixar a truculência de lado, vamos nos unir. Hoje, temos possibilidade de conseguir o PCS4. Se mudar o modelo de remuneração será só em 2013. Vocês querem para 2013? Eu quero para agora. Vamos lutar pelo real, o que existe é o PL 6613”, explicou João Mac-Comick.

O representante sindical disse também que a presidenta Dilma Rousseff não quer dar aumento nenhum, não importa qual seja o modelo de remuneração. “O que temos que fazer é mobilizar, fazer greve como os cartórios estão fazendo. Temos de deixar de lado essa coisa do laranja, do azul, do amarelo, não é agora o momento. Vamos lutar pelo PL 6613 independente de ser favorável ao modelo A ou B. Não adianta brigarmos entre nós. Isso é exatamente o que Ministério do Planejamento quer: divisão entre os trabalhadores. Os nossos colegas que defendem hoje o subsídio não percebem que estão caindo na esparrela do modelo A ou B e acabam fazendo o jogo do governo”, disse João. Ele informou, ainda, que a Justiça Federal de São Pedro d’Aldeia estava paralisada e apenas procedimentos de liminares e de habeas corpus eram atendidos pelos servidores.

Erich Carvalho, analista judiciário, da 8ª Zona Eleitoral em Engenho Novo, já ponderava na concentração da passeata – na Candelária – sobre a importância de unificação estratégica da categoria. “Se nós não viermos para a rua não vamos conseguir nada

do governo. Vejo com bons olhos qualquer luta a favor do PL 6613. Sobre a questão do subsídio, do sistema de remuneração dos servidores, isso é para ser resolvido depois. Eles estão se digladiando agora antes de saber se nós vamos receber aumento ou não. O importante agora é garantir que a presidenta Dilma envie para o Congresso orçamento para o nosso reajuste”, avaliou o analista judiciário.

O servidor também destacou o momento histórico de participação dos servidores da Justiça Eleitoral. “O TRE quase nunca participava das greves e manifestações, mas agora resolvermos participar e de uma vez por todas”, afirmou Erich Carvalho.

O debate sobre o sistema remuneratório dos servidores foi amplamente feito em todas as instâncias legais da categoria, sendo que, em todas as ocasiões, a maioria defendeu a permanência da luta pelo reajuste do PL



**Novo ânimo:** funcionários do Judiciário Federal estão nesta luta há mais de 2 anos



**Claudia Sotto Maior:** comparação

6613. A deflagração de greve dos servidores do Judiciário Federal fluminense acontece também em defesa da independência entre os Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) – que, na opinião da diretoria do Sisejufe, foi quebrada pelo Executivo quando não alocou o orçamento necessário ao reajuste do Judiciário na PLOA de 2012.

A paralisação de 48 horas, dos dias 27 e 28 de setembro, teve a adesão (até o final de quarta-feira) de 150 Zonas Eleitorais em todo estado, do TRE Sede, das Justiças Federais da avenida Rio Branco, Almirante Barroso, Venezuela, de Niterói, de São Pedro d’Aldeia e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). A passeata também teve a adesão de outros foros, como os servidores do TRT da Capital.

### Passeata

A concentração para a passeata dos servidores do Judiciário Federal teve início às 15h. Logo de início, o tom dos discursos da direção do sindicato apelava pela união da categoria e a pela conscientização do papel de cada servidor. O diretor sindical Edson Mouta Vasconcelos foi um dos que desde a concentração apelava para a reflexão dos colegas. “As pessoas sempre ficam se perguntando sobre o PCS, se vamos conseguir ou não. Eu tenho a percepção de que o PCS é uma folha seca e o vento é o destino: se o vento vier a favor, conseguimos o PCS; se ventar contrário, não conseguiremos. Alguns colegas ainda não se deram conta que somos nós que construímos essa realidade”, destacou o diretor sindical.

Quando a passeata começou na esquina da avenida Rio Branco com Presidente Vargas, cartazes com dizeres “O Judiciários somos todos nós” eram carregados por diversos servidores. Apitos, buzinas e até panelas davam o tom da passeata. O diretor sindical Dulavim de Oliveira Lima Junior, de cima do carro de som, esclarecia à população sobre a paralisação dos servidores do Judiciário Federal e a importância da greve para valorização do funcionalismo público. “Nós estamos aqui para informar a população que nosso aumento é justo. São cinco anos sem reajuste e sem condições de trabalho melhores para atendermos ao cidadão. Nós, servidores do Judiciário, somos aqueles que auxiliam você e sua família quando têm problemas na Justiça, seja na Eleitoral, nas varas criminais, nos foros, ou para o pagamento de benefício. Estamos lutando por

nós e por uma melhor prestação de serviços para a população”, ressaltou o diretor.

Dulavim também destacou que é inconstitucional a atitude da presidenta Dilma Rousseff. “Desrespeitando a Constituição, a presidenta não enviou para o orçamento de 2012 os valores do reajuste dos servidores judiciários. Um reajuste já aprovado e encaminhado pelo Poder Judiciário. Então, estamos aqui também em defesa da democracia do país e da independência entre os Poderes”, disse. Palavras de ordem como “PCS Já!” e músicas “Trabalhador na rua, Dilma, a culpa é sua” eram entoados pelos servidores que percorriam a avenida Rio Branco.

Maria Aparecida Souza Cruz, diretora sindical dos Bancários – categoria de trabalhadores também em greve – subiu no carro de som e fez um pronunciamento de solidariedade à categoria do Judiciário Federal durante a passeata.

“Também estamos em greve por tempo indeterminado e só vamos sair depois que conseguirmos nossas reivindicações, porque os bancos do Brasil são os que mais lucram no mundo. Mesmo assim, os banqueiros cada vez mais precarizam a qualidade de serviços e o atendimento dos clientes. Por isso, somos solidários à causa do Judiciário, pois vocês enfrentam a mesma atitude de precarização e desvalorização que nós bancários”, afirmou a diretora do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Cláudia Sotó Maior, técnica judiciária da Justiça Federal Almirante Barroso, que está no serviço público desde 2005, levou para a passeata um cartaz com os dizeres “Placar do Judiciário: 12% Inflação x 0% Reajuste”. “Existe toda uma campanha contra nosso reajuste na imprensa. Acredito que nós temos que sensibilizar o povo para mostrar que essa impressão está equivocada. O cartaz vem no sentido de mostrar que nossos



Linha de frente: Ronaldo das Virgens, Márzia Maranhão e Pedro Paulo Leal

salários estão se achatando com o aumento da inflação”, explicou a servidora.

Outro diretor sindical, Edson Mouta Vasconcelos, ressaltou a essencial participação e mobilização da categoria na luta pelo PCS. “Sempre haverá pessoas que acreditam e outras que não. Temos uma tarefa hoje aqui, mas não termina hoje. Amanhã e depois e depois, quando chegarmos em nossos setores de trabalho, temos que conversar com nossos colegas e cobrar uma atitude deles. Dizer que essa indignação que eles mostram nos elevadores, corredores e setor de trabalho, também tem que ser vista nos atos realizados pelo sindicato na luta pelo PCS”. E finalizou: “Porque se a pessoa quer mesmo esse aumento tem que estar nas passeatas. Que faça a crítica mas que esteja aqui dando a sua contribuição. Não é justo a omissão. Não adianta dizer que o Peluso não faz nada, que os ministros também não, o STF demorou a se pronunciar e que a equipe econômica não quer dar, mas você colega, que será o principal beneficiado com o reajuste, cadê você? Contribui como e com o quê?”.

David Gonçalves Soares, técnico judiciário, com 15 anos de serviço, lotado no TRE Sede, que sempre participa das assembleias e manifestações da categoria em luta do PL 6613, também opinou sobre a dificuldade de conscientização dos próprios servidores e a constante apatia. “Acho que de todas as campanhas salariais nossas, esta é a que a gente mais precisa vir para as ruas, de mais união e de servidores aderindo. É preciso uma greve efetiva. Nos meus quase 16 anos de Judiciário, essa é a situação mais nefasta que eu já vi acontecer”, afirmou o servidor. Para ele, existe uma conjuntura contrária ao servidor público

de uma forma geral. A prova é a tentativa de ser votado a PEC 549 pelo governo – o que pode levar a congelamento de salários por dez anos. “É hora do servidor público realmente parar. É por isso que acho fundamental a minha participação e venho a todas as assembleias, manifestações e passeatas. Eu não entendo a atitude dos colegas do Judiciário que não vêm para a luta. Como sou sociólogo, vejo essa falta de adesão como um efeito chamado free-riders, que são os “caronas”. Eles não lutam, não se mobilizam, ficam na aba das pessoas que vão à luta para conquistar direitos mas também são beneficiados pelas conquistas. Não participam porque sabem que terá gente lá para fazer por eles”. O técnico judiciário conclui sua análise com um alerta: “Neste momento, nós estamos com tantos “caronas” no Judiciário Federal, em nossa categoria, que o processo de esvaziamento está cada vez maior. Então vai chegar uma hora que não terá ninguém e nenhuma luta será feita”.

\*Da redação.



Edson e Dulavim: do carro de som, diretores sindicais explicaram passeata à população



De novo na rua: muitos servidores fizeram em casa seus próprios cartazes



Panelaço: inflação corrói salário

# MEC demonstra que não quer discutir educação inclusiva e PNE

**Deficientes** Ministério falta a eventos no Rio que debateriam a Meta 4 e fechamento do IBC e do Ines

O PNE 2011/2020 propõe universalizar o atendimento escolar aos estudantes com deficiência na rede de ensino regular. Na prática, significa que o estudante com necessidade de educação especial não poderá se matricular exclusivamente em um escola de educação especial. Além disso, prevê que o estudante tenha duas matrículas, uma na escola de ensino regular e outra na escola de atendimento especial, obrigando-o a realizar duas vezes a mesma série em dois sistemas educacionais

Max Leone\*

Tatiana Lima\*

Ricardo de Azevedo Soares\*\*

O Ministério da Educação tem demonstrado, desde maio deste ano, o quanto está disposto a discutir questões relativas à educação inclusiva e outros temas – como a proposta de fechamento do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional dos Surdos (Ines). Em pelo menos três oportunidades em que poderia debater os assuntos, entre eles o Plano Nacional de Educação (PNE), com a sociedade, representantes do ministério simplesmente não compareceram a eventos para tratar dos temas. O primeiro evento ocorreu em 31 de maio, no auditório do Sisejufe, e foi promovido pelo Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato. Alegando atraso no voo, a representante da diretoria de política especial do MEC, Matinha Clarete Dutra dos Santos, não chegou para o debate Educação Inclusiva e o PNE 2011/2020. A segunda ausência foi registrada em 17 de junho. O ministério não enviou representante à audiência pública convocada pelo Ministério Público Estadual (MPE) para tratar da Meta 4 do plano. Apenas uma nota técnica do MEC foi lida na ocasião. Em 8 de agosto, mais uma audiência pública relativa à Meta 4, evento promovido pela Ordem dos Advogados do



Protesto no MPE: pais e estudantes do IBC e do Ines defendem permanência das atividades escolares de educação especial

Brasil (OAB-RJ)), também não contou com a participação de representantes do ministério.

Para Ricardo de Azevedo Soares, coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe, a ausência de representantes do MEC nos eventos é um claro recado de que o ministério não está disposto a discutir a implementação do PNE 2011/2020. “Eles estão dizendo em alto e bom som que eles não querem o debate. Eles (MEC) só querem ser truculentos, autoritários e empurrar essas mudanças pela goela abaixo de pais e dos estudantes com deficiência”, ressaltou o diretor sindical.

A atitude do MEC de não comparecer à audiência no Ministério Público Estadual provocou revolta e indignação nos mais de 80 manifestantes que se concentraram em frente ao prédio do MPE, no Centro do Rio, em protesto contra a Meta 4 e a proposta de fechamento do IBC e do Ines. Com nariz de palhaço e fazendo um apitaço, pais, alunos, ex-alunos e simpatizantes das duas instituições mostraram toda a insatisfação com a omissão do MEC no tratamento do assunto. “O MEC não compareceu à audiência do MPE. Falta de respeito com o nosso segmento. Não queremos promessas, queremos propostas por escrito”, afirmou Darcy Siqueira, uma das representantes da Associação de Pais, Amigos e Reabilitandos do IBC, presentes ao ato.

Para que todos tomassem

conhecimento do que estava sendo tratado, os discursos dos oradores na manifestação eram acompanhados por um intérprete de Libras, que simultaneamente traduzia as falas para a linguagem brasileira de sinais. Ana Cristina, professora de História do IBC, foi uma das mais aplaudidas. Cega de terceira geração, ela rebateu a ideia de que os institutos seriam espaços segregadores. “Me dói muito ouvir isso em relação ao IBC, que ele é segregador. Que segregação é essa? Sou formada em Pedagogia pela Uerj e na época não tinha computador para nos ajudar. Fiz toda minha carreira com a preparação que tive ao estudar no IBC. Meus avós eram cegos, meus pais são cegos. O IBC nos incluiu”, declarou a professora sob aplausos.

Mãe do adolescente Luam Moysés, de 14 anos, Rosemary Moysés Silva, de 47 anos, foi outra manifestante que aproveitou o ato para expor toda sua indignação com a Meta 4 e a proposta de fechamento do IBC e do Ines. Ela relatou a experiência negativa que o menino teve em escolas regulares, antes de ser matriculado no Ines em 2009. Luam é surdo e hiperativo.

“Ele chegou a ser taxado como RM [retardado mental] e colocado em uma turma de CT [conduta típica], onde ficava ele e um professor. Dos 8 aos 12 anos frequentou escola inclusiva na Gávea, sofreu bullying, apanhava dos colegas. Cheguei a recorrer ao conselho tutelar

contra uma professora que disse que ele apanhava porque era ele quem implicava com os outros alunos. Meu filho não se adaptou. Quando ele foi para o Ines, ficou com medo. Mas logo percebeu que era um lugar diferente. Lá, hoje, está muito feliz. Por que mudar essa situação?”, questiona a mãe.

A manifestação contou com apoio de parlamentares que participaram da audiência pública no Ministério Público Estadual. O deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ) e o deputado estadual Márcio Pacheco (PSC) foram ao evento. Leite informou que apresentou emendas ao PNE, no que diz respeito à Meta 4. “A possibilidade de fazer opção deve ser dos pais dos alunos. Não se pode resolver por decreto algo que a sociedade não quer. É preciso respeitar a opção dos pais”, afirmou o deputado, presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência da Câmara Federal.

Para Márcio Pacheco, presidente da Comissão da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), a maior ajuda que pode ser dada nesse momento é parlamentares ouvirem a sociedade e encaminhar os pedidos como propostas. “Não se pode fazer como se fez com o PNE. Apresentar o programa sem ouvir os maiores interessados, ou seja, os alunos deficientes e os pais”, afirmou.

\*Da Redação/\*\*Diretor do Sisejufe.

## Participantes criticam organização do evento

A audiência pública no MPE teve limitação de público. Mas os diretores do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência do sindicato, e Dulavim de Oliveira Júnior, membro do núcleo, ambos ex-alunos do IBC, participaram dos debates no Ministério Público. Segundo Ricardo Soares, as falhas já começaram na organização, onde os deficientes visuais não receberam material em braille e as perguntas ainda tinham que ser formuladas por escrito. Somente depois de muitos protestos que os organizadores abriram exceção para que os deficientes visuais pudessem formular seus questionamentos oralmente.

“O que pretendem os defensores da Educação Inclusiva, a qualquer custo, é nos jogar num mesmo saco, isto é, querem entender todas as deficiências como sendo a mesma coisa. Conforme disse a procuradora federal, uma pessoa com deficiência intelectual, por exemplo, vai entender lá do jeito dela o que vem a ser pretérito mais que perfeito e pronto, já está bom!”, afirmou o coordenador.

“Deficientes visuais e auditivos, por exemplo, podem chegar e vários já chegaram muito mais longe, galgando altas carreiras, tanto públicas, quanto na iniciativa privada. O IBC e o Ines já produziram profissionais das mais variadas áreas de atuação”, esclareceu Ricardo.

“Mas não podemos tratar todos os deficientes como sendo todos deficientes mentais”, desabafou Dulavim de Oliveira Lima Jr.

Foto: Max Leone

# Ministério não comparece a debate do Sisejufe

**Deficientes** Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato aposta no diálogo e na mobilização

Fotos: Tatiana Lima

Em 31 de maio, a representante do Ministério da Educação não participou do debate Educação Inclusiva e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011/2020, alegando a perda de um voo que deveria ter saído de Brasília, às 17h40. De acordo com a assessoria do MEC, só haveria outro voo às 19h40. O coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência, Ricardo de Azevedo Soares, avaliou que não existia possibilidade de aguardar a representante do MEC. “O voo só chegaria no Rio por volta de 21h. As pessoas não estão à mercê do MEC. Não havia como aguardar ou postergar a participação”, enfatizou, ao informar à plateia sobre o não comparecimento da representante do governo.

Além dela, também foi convidada para o debate a professora Mônica Pereira dos Santos, coordenadora do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE). Porém, a professora também não compareceu ao evento em virtude de um problema de saúde familiar.

O único convidado que efetivamente compareceu ao encontro foi o professor do Instituto Benjamin Constant Vitor Alberto da Silva Marques, ex-aluno do IBC. “O que eu vim dizer hoje, as pessoas aqui presentes estão carecas de saber. O novo seria o ponto e contraponto que o debate com um representante do Ministério proporcionaria”, disse Vitor Marques.

O professor do IBC Vitor Marques destacou que quando se fala da necessidade de inclusão, na verdade, o que deve ser abordado é a inclusão social. “A palavra inclusão está na moda e é bonita. Fui aluno do IBC e trabalho lá. Ao todo, são 22 anos de convivência e posso dar meu depoimento que o IBC não é um nicho. Ao contrário, na década de 60, por exemplo, não só tínhamos um diretório estudantil, como este foi reprimido pela ditadura. O que tento mostrar é que o aluno do IBC nunca foi excluído e sim incluído socialmente no contexto das suas relações familiares, sociais e político do país”, enfatizou.

Para ele, a ideia de que o IBC é uma escola segregadora é avaliação simplista do sistema de educação especial. “O governo tem colocado escolas como o IBC em uma situação periférica na educação. Isso é absurdo. O nível de educação do IBC sempre foi muito bom e bastante satisfatório. O que é



**Vitor Marques:** de acordo com o professor, o governo tem colocado escolas como o IBC em uma situação periférica: “Isso é um absurdo”

necessário ser compreendida é a realidade: não existe educação especial e sim ensino com métodos e técnicas diferenciadas para atender a demanda deste público”, detalhou o professor.

Mário César Pacheco, servidor lotado no Foro da Justiça Federal da avenida Venezuela e voluntário do Movimento de Inclusão com Responsabilidade (MIL), deu informes sobre a luta do movimento iniciado em 2008. Segundo dados da Alerj, desde o começo da implementação do PNE, mais de 120 salas de ensino especial já foram fechadas em todo o estado, sem aviso prévio da Secretaria Estadual de Educação ou qualquer comunicado aos pais dos estudantes. Inclusive, o programa dos “polos bebês”, que funcionava como uma creche para crianças com deficiência, foi encerrado. Desta forma, atualmente, os pais de bebês com deficiência estão sem qualquer orientação e não dispõem de outro sistema público para deixarem os filhos no período de horas em que trabalham.

Outro dado grave exposto por Pacheco foi que, entre 2008 e 2010, cerca de 2 mil estudantes com deficiência sumiram da rede de ensino público. Ele explicou que algumas das crianças têm problemas cognitivos que podem causar comportamento agressivo. No sistema regular de ensino, elas precisam passar por avaliação que, em geral, tem sido executada por professores sem preparo. Por isso, muitas mães com medo de não haver um sistema especializado para atender o filho, tem optado por deixarem os estudantes fora da sala de aula.

Para Ricardo de Azevedo Soares, o fechamento das escolas de educação especial, conforme proposto pelo governo federal é uma estratégia para minar a qualidade de ensino e o funcionamento das instituições. “Na verdade a tática é



**Ricardo e Mario:** cerca de dois mil estudantes com deficiência sumiram da rede pública

igual a das privatizações. Você vai minando, minando e sucateando a empresa estatal até que ela não funcione mais e seja necessário fechá-la. Esse é o processo que se deseja implementar com a Meta 4 deste PNE”, exemplificou o diretor.

“Educação inclusiva o IBC já faz há décadas. Não precisa ir à Sorbonne ou em grandes universidades para ver como se realiza educação inclusiva. Basta ir ao IBC que você poderá observar as principais bases e métodos educacionais para um sistema de ensino de inclusão. Inventar uma dupla matrícula é um absurdo. Se contar isso em qualquer outro país do mundo vira piada, porque é um escândalo uma criança ter dois diplomas de ensino fundamental e médio”, argumentou o coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe.

Para Jansen Azevedo Lima, um dos presentes ao debate, o Ministério não percebe que o direcionamento e o sistema de implementação da Meta 4 traz um equívoco ao sistema educacional do país. “O que está errado é o direcionamento e o sistema de implantação da Meta 4. Há um contrassenso. No PNE, se diz que a educação deve ser respeitada a partir das escolhas de pais e estudantes. Não que um sistema deve ser a extinção do outro”, afirmou Jansen.

Segundo ele, pais de estudantes com deficiência e militantes estão pagando “caro a conta da inércia e a falta de mobilização na Conferência de Educação (Conae)”, realizada em abril do ano passado. “Toda essa política do MEC para a educação especial foi referendada no Conae. Faltou nos mobilizarmos para dizer na conferência que a educação especial não era simplista. O que mais me preocupa são as crianças em toda essa história, pois são elas que estão na linha de frente deste conflito e são as que vão pagar mais caro, porque não terão tratamento educacional adequado”, concluiu.

## Na OAB, outra ausência

Em 8 de agosto, mais uma vez o Ministério da Educação não compareceu com representantes em audiência pública promovida pela OAB-RJ. Os diretores do Sisejufe Dulavim de Oliveira Lima Júnior e Ricardo de Azevedo Soares estiveram presentes na plateia. Vários parlamentares, educadores, juristas e pessoas com deficiências visual e auditiva, em sua maioria, lotaram o salão de debates. A posição de defesa das escolas especializadas foi reafirmada. “Definitivamente, os defensores da Educação Inclusiva não querem o debate. A única coisa que interessa ao MEC é nos empurrar goela abaixo uma educação irresponsável e sem qualidade e

isso nós não aceitaremos”, declarou Ricardo. O destaque do evento foi o discurso de Cláudio Panoeiro, membro da AGU que, de modo preciso e contundente esclareceu os motivos jurídicos que levam a inconstitucionalidade da Meta 4, caso vire lei. “A explicação jurídica do Dr. Panoeiro foi brilhante e sem se apegar ao embate pedagógico que cerca o tema”, definiu o Dulavim.

## MEC também não recebe representantes da luta contra Meta 4

Além de não participar de eventos, o Ministério da Educação não recebe representantes contrários à Meta 4 do PNE. O coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe, Ricardo de Azevedo Soares, lembra que o sindicato vem tentando agendar uma reunião com o secretário executivo do MEC há meses sem sucesso. Segundo o dirigente, contatos com parlamentares têm sido feitos em um verdadeiro trabalho de convencimento contra o conteúdo da Meta 4. Já foram procurados os deputados federais Alessandro Molon (PT-RJ), Jean Willis (PsoI-RJ), Chico Alencar (PsoI-RJ), Otávio Leite (PSDB-RJ) e a assessoria de Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e os estaduais Robson Leite (PT) e Márcio Pacheco (PSC). “Vale lembrar também o fato de que já está próxima a data prometida pelo deputado relator Ângelo Vanhoni de entrega do relatório do PNE, o PL 8.035/2010, e nós do Movimento de Luta contra a Meta 4 estamos ansiosos e na expectativa de que saia algo minimamente favorável à educação especializada e ao sistema democrático, mantendo em pleno funcionamento escolas seculares como o IBC e o Ines”, afirma Ricardo de Azevedo Soares.

# Comissão Pró-Subsídio ataca PL 6613 e quer deixar categoria sem reajuste

**Objetivo é ganhar, na marra, adesão a uma proposta rejeitada em todas as instâncias democráticas do Judiciário Federal**



Ministra Miriam Belchior (MPOG) e “seus” laranjas: está cada vez mais claro que CPS faz o jogo do governo federal

Caiu a máscara. Depois de muito alertarmos a categoria, ficou claro que o movimento pró-subsídio faz o jogo do governo federal. Os laranjas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) já tinham nos dado um golpe quando mandaram uma matéria para o UOL, que foi largamente repercutida, na qual afirmam que o PL 6613 criaria 5 mil marajás. Deram munição à mídia conservadora para atacar o Judiciário e ajudar o Executivo a congelar nossos salários. Agora, num grupo de discussão pela internet dos servidores do TRE, o líder do movimento Pró-Subsídio, Alexandre Melchior Rodrigues Filho, declara, sem meias palavras que está “contra o PL 6613”. Ou seja, está contra o aumento da categoria, a favor do congelamento de salário proposto pelo governo federal, tentando nos impor a política do quanto pior melhor. O servidor em questão deve considerar que, ajudando o MPOG e Dilma a congelar nossos salários, ficaremos simpáticos a eles. A partir de agora fica claro que eles são agentes do governo, laranjas do MPOG, e que não é possível nenhuma espécie de apoio para quem quer ir à Brasília com a intenção de destruir nosso projeto.

Os adeptos da Comissão Pró-Subsídio (CPS) estão cada vez mais perdendo a razão e usando de truculência – prova disso são os embates realizados nas Reuniões Ampliadas da Fenajufe. Mais recentemente tivemos, no Rio de Janeiro, uma triste demonstração desta postura antidemocrática dos

laranjas do governo: na assembleia geral que deliberou pelo ingresso da categoria na greve por tempo indeterminado, no início da noite de quarta-feira, 28 de setembro, em frente ao TRE Sede, tentaram de forma autoritária tomar o microfone para atacar o PL 6613 e fazer a defesa do modelo de remuneração via subsídio.

Em sua sanha beligerante, alguns servidores ligados à CPS não queriam entender que naquela assembleia seria concedido tempo para discursos de um servidor por Tribunal ou Foro da Capital, uma intervenção para as zonas eleitorais da capital e uma última para as zonas eleitorais do interior – em reconhecimento à adesão das mesmas às paralisações dos dias 21, 27 e 28, de setembro. Em sua visão sectária de minoria truculenta, membros da CPS tentaram impor na marra a defesa de sua proposta – tantas vezes derrotada nas instâncias democráticas da categoria dos servidores do Judiciário Federal.

Na falta de argumentos, o que transbordou foram gritos, vaias e insultos pessoais a dirigentes sindicais. Um quadro de total desrespeito à condução dos trabalhos – vale dizer, um total desprezo pela grande maioria de servidores abnegados que estavam ali presentes na sua justa luta e atendendo ao chamado de mobilização pelo reajuste dos salários e valorização do serviço público. Contraditoriamente, os laranjas do MPOG pediam por democracia enquanto tentavam impor aos gritos a sua opinião democraticamente superada em todas as instâncias,

assembleias e, inclusive, nas urnas.

A diretoria do Sisejufe considera que a postura democrática seria a de aceitar a posição da maioria e trabalhar para aprovar o PL 6613 agora – deixando o debate sobre o modelo remuneratório para as futuras discussões sobre o Plano de Carreira. Quem respeita a democracia, de fato, não semeia a divisão na categoria com movimentações paralelas para inviabilizar a reposição salarial da categoria através de emendas, pedidos de audiências públicas e outros expedientes protelatórios que nem o governo federal saberia conduzir com a mesma eficiência dos membros da CPS.

Lamentavelmente, inúmeros servidores e servidoras que construíram sua história na luta pela valorização salarial, pela dignificação da categoria e pela democratização do próprio Poder Judiciário, hoje estão expostos na mídia conservadora como “imorais”, “marajás”, verdadeiros “inimigos públicos” porque absorvem para seus “enormes salários” o dinheiro que deveria salvar a educação, a saúde e todas as políticas sociais necessárias ao país. Isso fruto da falta de escrí-

pulos dos integrantes da Comissão Pró-Subsídio que, numa prática inquisitorial, jogam na fogueira da opinião pública qualquer um que não concorde com seus preceitos.

Há meses uma pergunta pairava dentro do movimento sindical do Judiciário Federal: a quem serve a CPS? À categoria judiciária com certeza nunca foi. Agora, contudo, como veremos a seguir, a resposta está clara: os defensores do subsídio servem sim ao mesmo governo que, de maneira hipócrita, atacam em seus discursos. Este é um movimento que busca fazer o papel de facilitador do governo na retirada de direitos da categoria. Evidentemente um movimento de laranjas do governo não poderia ter sua origem na construção coletiva de trabalhadores – daí seu ódio a tudo que diga respeito à organização sindical.

**A quem serve a CPS? Serve ao mesmo governo que, de maneira hipócrita, ataca em seus discursos. Busca fazer o papel de facilitador do governo na retirada de direitos da categoria. Evidentemente um movimento de laranjas do governo não poderia ter sua origem na construção coletiva de trabalhadores – daí seu ódio a tudo que diga respeito à organização sindical**

O que afirmamos acima ficou cabalmente demonstrado no dia 15 de setembro, em assembleia setorial do TRE, quando um adepto da CPS concluiu seu discurso com a mensagem: “Tínhamos que diminuir os custos orçamentários do PCS4”. O representante sindical de base João Mac-Cor-

mick, naquela ocasião, lamentou que o “representante do MPOG” ali presente estivesse numa assembleia de trabalhadores e trabalhadoras defendendo a redução do orçamento do reajuste do PL 6.613. Disse Mac-Cormick: “Este é o primeiro Plano de Cargos e Salários que reajusta apenas o vencimento básico. Não serão reajustadas FCs, CJs e VPNI, o que contribui para a diminuição das distorções salariais. Lamento que o representante da CPS queira diminuir a massa salarial que se leva para a aposentadoria”.

De nossa parte não há nenhuma surpresa na declaração do representante da CPS (ou do infiltrado do MPOG, se preferirem). A diretoria do Sisejufe vai continuar defendendo as posições que a maioria da categoria decidir em suas instâncias democráticas. Estamos, por isso mesmo, em mobilização de greve pela aprovação do PL 6.613/2009 e dirigindo nossos esforços para Brasília, na articulação com parlamentares, para demonstrar-lhes que a aprovação do PCS4 não só vai tornar mais justos os salários, como também melhorar o atendimento à população.

Definitivamente não somos daqueles, como os da CPS, que fazem de tudo para ver a categoria penar até 2013 sem aumento – em nome de uma proposta que divide a categoria, munícia o governo federal e achincha a dignidade dos servidores públicos perante a opinião pública.